

# História das religiões e religiosidades: contribuições e novas abordagens

Cristine Fortes Lia<sup>1</sup>

## Resumo

A sociedade contemporânea, em especial a do final do século XX e início do século XXI, desenvolveu um elo sólido com as questões de natureza religiosa. Muitos conflitos atuais têm, entre suas matrizes explicativas, motivações de caráter religioso, e a compreensão dos mesmos remete a abordagens sobre as construções religiosas destas sociedades. Palavras como fanatismo, fundamentalismo, guerra santa, entre outros, povoam as referências sobre as experiências históricas da atualidade, que só podem ser devidamente compreendidas através do estudo das religiosidades que compõem estas trajetórias. No entanto, o ensino de história das religiões e religiosidades foi e continua sendo confundido com ensino religioso. Pela abordagem frágil, em especial na rede escolar, o aprendizado sobre as diferentes experiências religiosas cedeu espaço para o enfoque de uma corrente específica, em moldes dogmáticos, correspondendo a um reforço de fé, uma "hora da reza". Este estudo se ocupa da importância do ensino de história das religiões como importante vertente explicativa dos processos históricos. Preocupa-se em desconstruir a imagem que remete história das religiosidades a ensino religioso, propondo novas abordagens para campo do estudo das religiões.

**Palavras-chave:** ensino, história, religiosidades.

## Abstract

The contemporary society, especially the one of the late twentieth and early twenty-first century, developed a solid link with the issues of religious nature. Many current conflicts have as their origins the motivations of religious character, and the understanding of them refers to approaches to the religious construction of these societies. Words such as fanaticism, fundamentalism, holy war, and others, are references on the nowadays historical experiences, which can only be properly understood through the study of religiousness that make up these pathways. However, the teaching of history of religions and religiousness has been and continues to be confused with religious education. For the fragile approach, especially at schools, learning about different religious experiences gave way to approach a specific current, in a dogmatic way, corresponding to a strengthening of faith, a "time to pray". This study deals with the importance of teaching the history of religions as an important aspect of explaining historical processes. It focuses on deconstructing the image that is referred to the history of religiousness to religious education, proposing new approaches to the field of religions study.

**Keywords:** Education, history, religiousness

## O campo de estudo das religiosidades no Brasil

Nas últimas décadas, a produção historiográfica brasileira vem se dedicando com mais intensidade ao estudo das religiões e religiosidades. Considerado tema de interesse menor, por muito tempo o estudo das religiosidades permaneceu como uma área meramente ilustrativa na compreensão dos processos sociais. As pesquisas recentes, que buscam redimensionar a importância das referências religiosas para a interpretação das diferentes trajetórias históricas, ainda evidenciam a ausência de uma dinâmica conceitual própria. O campo da história produziu muito pouco, em nível conceitual, sobre as abordagens religiosas.

Em decorrência disto, é possível evidenciar que a historiografia brasileira recente vem produzindo análises dos processos religiosos e seus impactos nas diferentes formações sociais através da reprodução de conceitos, em especial, da antropologia, da filosofia e da sociologia. Áreas do conhecimento que acabaram concentrando os estudos sobre o tema, identificando um atraso e um descaso com a temática por parte dos historiadores, ao longo de um grande período.

Além da fragilidade de base conceitual, o campo de estudos historiográficos sobre religiosidades no Brasil apresenta um significativo atraso se comparado aos estudos realizados na Europa sobre o tema. Com o processo de secularização da sociedade, os pesquisadores brasileiros se afastaram de temáticas que abordassem as experiências religiosas. Os pesquisadores europeus, ao contrário, acompanharam o processo de secularização social desenvolvendo pesquisas sobre as religiosidades. Dessa forma, os estudos brasileiros apresentam mais de um século de defasagem com relação aos realizados no continente europeu, no qual desde meados do século XIX foram desenvolvidas pesquisas sobre o tema.

Contudo, devemos salientar que a disciplina de História das Religiões com suas cátedras, áreas de pesquisa e teorias surgiu na segunda metade do século XIX sob a influência do orientalismo, da filologia e da secularização da sociedade. O campo específico de estudo e pesquisas sobre temas religiosos foi então ocupando um importante espaço nas grandes universidades europeias e americanas (SILVA, 2010, p. 206).

A pesquisa histórica sobre as religiosidades constitui atualmente um fértil campo de análises para os historiadores, que ainda tem muito a construir e a abordar. "Múltipla, densa e intrigante, a teia que liga as diversas religiões às diferentes e possíveis formas de religiosidades tem demonstrado ser um campo fértil para continuadas reflexões teórico-metodológicas e futuras investigações historiográficas" (HERMANN, 1997, p. 352).

Por outro lado, é possível identificar um lamentável afastamento entre o que vem sendo produzido pela academia e o que vem sendo ensinado nas salas de aula sobre o tema religião e religiosidades. O permanente abismo academia versus escola torna-se ainda mais sensível quando enfoca uma temática permanentemente abordada de forma dogmática. O papel das novas contribuições das pesquisas realizadas pelos historiadores precisa atingir a sala de aula, desde o ensino fundamental até o superior. Pois é através das novas abordagens que será possível redimensionar a importância do ensino da temática, para a compreensão das experiências históricas das diferentes sociedades.

## A história das religiões e religiosidades na sala de aula

O ensino de história das religiões e religiosidades é frequentemente confundido com o ensino religioso, abordado através de dogmatismos de crenças, funcionando como um reforço de fé, uma catequese ou instrução confirmatória. Independentemente do caráter confessional ou não da instituição, a educação básica recebe as informações religiosas com o objetivo de confirmar as crenças de uma determinada vertente. Além disso, a existência de uma disciplina específica de "Religião", que poderia ser muito proveitosa se ampliasse o diálogo entre as diferentes percepções religiosas e a sociedade, mas que funciona como a legitimação de uma determinada corrente, afasta ainda mais a inserção das novas pesquisas e abordagens sobre o tema.

O ensino transformou a história das religiões em um gueto, em um espaço das compreensões do desnecessário, em um apêndice das explicações sobre as civilizações e suas manifestações culturais. A tendência em confirmar a secularização da sociedade promoveu um afastamento dos temas religiosos, condenados a marginalidade do conhecimento histórico, pela crença de não promover assuntos sem base científica na sala de aula. O conhecimento sobre as religiosidades ficou a cargo de representantes religiosos, que promoviam crenças desenvolvidas pelas suas bases teológicas.

Na área específica de história, o tema das religiosidades aparece na cultura escolar, em especial no livro didático, como parte da História Geral, alinhado cronologicamente com o encadeamento dos períodos estudados. Transparecendo a ideia de que a vida religiosa nunca ocupou lugar mais destacado na organização das sociedades. No caso da história do Brasil e da América, a religiosidade é enfocada como parte do exotismo dos indígenas e africanos e dentro dos processos de catequização. Pouco ou nada se fala sobre a religião modelando os comportamentos sociais.

Entender aspectos e a originalidade das religiões, as formas de mobilização e como se situam no tempo e no espaço, é tarefa urgente dos professores e educadores [...] As religiões raramente aparecem como objeto específico de estudos, sobretudo nos textos para o ensino básico. Temas como Reforma Protestante, Contrarreforma Católica, religiões orientais, judaísmo, islamismo etc, são tratados no contexto da História Geral (SILVA, 2010, p. 206).

A opção em abordar a cultura religiosa como o exótico de uma civilização é recorrente no ensino de história. Pode-se utilizar como exemplo o ensino de História Antiga, na qual as religiosidades são analisadas sobre o prisma das curiosidades de cada civilização, uma espécie de "parte divertida" do conteúdo. Fala-se sobre as mumificações do Egito dentro da lógica das diferenças, dos estranhos egípcios que faziam múmias, sem conferir o caráter da importância da crença de vida após a morte que organizava esta sociedade.

Tampouco se estabelece a relação de que todos os povos ocuparam-se em prestar honras fúnebres, sendo, justamente, as orientações de preocupações com os mortos as primeiras manifestações religiosas da humanidade. Difícil fazer esta análise quando o foco é estabelecer a ruptura de pensamento entre as sociedades e não a continuidade. Todas as sociedades elaboraram conjuntos de crenças sobre a vida e a morte, construindo diversas imagens do divino, daquele ou daqueles que estavam acima dos homens e mantinham a imortalidade.

No entanto, retomando o exemplo sobre o mundo antigo, o foco fica centrado nas diferenças, na irracionalidade do politeísmo, dos sacrifícios, dos deuses com características humanas, etc. As informações sobre a vida religiosa no livro didático, em geral, constituem um pequeno tópico, algumas vezes, um quadro de conhecimentos, desconectado das demais informações sobre a civilização. Esta é a lógica do ensino que organiza o conhecimento através da organização da sociedade estudada cronologicamente e apontando sua "vida social, política e econômica", vindo por fim as informações culturais e religiosas. Mas, no Egito antigo como se explica a vida política separada da religiosa se o governante, o faraó, é a própria encarnação do divino?

O mesmo ensino que relega a falta de importância a alguns temas é o que pulveriza informações desconectas aos alunos, proporcionando a visão de uma história em partes, cronológica, mas sem continuidade na abordagem. Um conhecimento distante da realidade dos alunos e pouco atraente, pela abstração extrema na compreensão de todas estas partes desencadeadas. Além disso, o excesso de visão cronológica que ainda orienta o ensino de história proporciona um distanciamento ainda maior da abordagem de temas sobre religiosidades.

As sociedades contemporâneas se percebem como secularizadas e por isso renegam valor a temas considerados sem sentido explicativo para o atual momento histórico. O ensino de religiosidades é, muitas vezes, percebido dentro deste contexto, que considera obsoleta a abordagem dos processos de crenças e mitos das civilizações, por serem temas cronologicamente distanciados do mundo contemporâneo. E, portanto, não constituem matriz explicativa para os acontecimentos do presente. Estas abordagens constituem um imenso equívoco historiográfico.

A desqualificação do passado, como experiência político-social, foi absorvida até por grupos influentes de intelectuais que passaram a vê-lo, quase exclusivamente como um conjunto de discursos dominados por improbabilidades, inverdades, versões e memórias. Instaurou-se o domínio do *presenteísmo*, como se nisso não houvesse o perigo das interpretações ideológicas ou construções explicativas descontínuas. [...] Temas recentes de História Imediata são mais prestigiados e acatados do que o estudo dos acontecimentos passados por significativos setores da pesquisa e do ensino, que pensam, assim, reagir contra o racionalismo positivista e marxista, ocultador das descontinuidades. Perigosamente a memória vem se constituindo na própria história [...] O presente passou a explicar-se a partir de si mesmo (JANOTTI, 2006, p. 43).

## Novas abordagens e contribuições para o estudo das religiões

Como já foi dito anteriormente, todas as sociedades, em todas as épocas, apresentaram manifestações religiosas. Diante do reconhecimento de sua finitude, o homem cria suas divindades a sua imagem e semelhança. Conhecendo o modelo de divino que uma civilização elaborou é possível saber como esta mesma civilização se via. A análise dos ritos fúnebres, por exemplo, permite identificar o grau de intimidade com o mundo do divino e quais expectativas os indivíduos tinham com relação à vida após a morte: descansar, renascer, reencarnar, ressuscitar, entrar no universo do desconhecido, pagar pelo descanso, etc. Nenhum grupo humano descartou indiferentemente seus mortos.

A experiência religiosa foi e é comum a todas as sociedades. O próprio termo religião, originário de religio, significa o conjunto de regras que liga, organiza um determinado grupo, através de uma ideia de divino. Como destaca Jacqueline Hermann (1997, p.337), a concepção de um conceito de religiosidade que extrapolasse a ideia de simples cosmovisão ocupou inúmeros pensadores sobre o tema.

O termo religião, oriundo do latim "*religio*", não tinha acepção moderna forjada ao longo da história da civilização ocidental, indicando simplesmente um conjunto de normas, observações, advertências e interdições, não necessariamente relacionadas à adoração de divindades, tradições míticas ou celebrações rituais. Estruturado num contexto de lenta e definitiva laicização, o conceito de religião conheceu vários significados, de Durkheim a Eliade, passando por Lévi-Strauss, Freud, Gramsci, entre outros [...] Para Durkheim toda a religião é uma cosmologia e, como fator essencial de organização e funcionamento das sociedades primitivas, seria a base de toda a vida social; para Weber uma forma entre outras dos homens se organizarem socialmente; para Gramsci um tipo determinado de visão de mundo que se situa entre a filosofia (religiosidade dos intelectuais) e o folclore (religiosidade popular), não desligando-se, portanto, das estratégias de poder que organizaram diferentemente as sociedades; para Lévi-Strauss, baseando-se no "pensamento selvagem", a religião pode ser definida como uma "humanização das leis naturais, um antropomorfismo da natureza"; para Freud uma ilusão coletiva, cujo objetivo é dominar o sentimento de impotência que todo o homem experimenta frente às forças hostis; para Eliade a referência primordial, o sistema de mundo das sociedades tradicionais, berço privilegiado do "*homos religiosus*" (HERMANN, 1997, p.337-338)

Os diferentes grupos humanos necessitaram de elementos que proporcionassem explicações e sentidos para a sua existência. Através das crenças comuns, constituíram suas lógicas de poder e "ligaram-se" enquanto sociedades. É necessário, para uma ampla compreensão histórica das diferentes sociedades, marcar o lugar da experiência religiosa, como o elemento que organiza e confere originalidade aos diversos grupos humanos.

Nesse sentido, para realizar o estudo das religiosidades na sala de aula é preciso ter cuidado com uma série de questões. Nunca se pode esquecer que todos, professores e alunos, possuem algum tipo de trajetória religiosa. Cabe ao docente ter a sensibilidade de não construir juízo de valores sobre a presença ou ausência de

fé. Aliás, o estudo das religiosidades precisa estar totalmente afastado das crenças pessoais de quem o realiza. Nenhuma manifestação religiosa pode ser considerada exótica ou menos importante.

A percepção de que estamos em uma sociedade totalmente secularizada também precisa ser redimensionada. O excesso de valorização da ausência de intervenção religiosa na vida jurídica e política das sociedades ocidentais, remete ao equívoco de promover a crença de que os indivíduos não se organizam mais através de suas percepções religiosas. Esta lógica também propicia a interpretação de que existe um Ocidente laico, organizado através de bases intelectuais e científicas, que se opõe ao Oriente religioso, fanático, com uma sociedade atrasada, apegada a religiosidade.

As práticas religiosas conferem identidade aos grupos humanos, os indivíduos se reconhecem enquanto parte de um todo que crê em referências comuns. As crenças comuns, não necessariamente remetem a uma vida religiosa organizada, com vivências em instituições e obediência a pregações. Muitas vezes, aliás na maioria das vezes, no caso das sociedades ocidentais, estas crenças comuns constituem os valores coletivos que orientam a experiência social de determinados grupos. Estes valores assumem caráter de codificação secularizada, sem intermediação de pensamento de base religiosa.

Mas, por exemplo, por que vivemos em monogamia? Por que temas como aborto ainda são tabus? Por que homofóbicos dizem não serem naturais práticas homossexuais? Por que o Vaticano ainda impõe regras em documentos internacionais que deliberam sobre controle de natalidade e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis? Estamos realmente totalmente secularizados?

Parte do conjunto de valores que orientam nossa vida social são de base religiosa, mas, em geral, a sociedade ocidental não percebe a origem de suas crenças sociais. Pior, ainda, é o sentimento de superioridade com relação às sociedades orientais, que explicitamente evidenciam seu elo com as crenças religiosas. Para que o conhecimento sobre a história das religiões seja amplo e bem recebido em sala de aula é imprescindível atribuir uma nova dimensão a ideia de secularização do Ocidente. Esta não pode negar a permanente presença dos valores de natureza religiosa que orientam as formulações sobre o comportamento humano no Ocidente contemporâneo.

Obviamente, as sociedades ocidentais contemporâneas não reconhecem a intervenção direta de instituições religiosas nas suas questões jurídicas, administrativas, econômicas e culturais. Bem como, os grupos sociais contemporâneos do Ocidente somam uma quantidade crescente de ateus. Recentemente, a cidade de

Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, vivenciou uma campanha pela aceitação do ateísmo, ainda mal visto por determinados segmentos sociais. Para isto, foram espalhadas pela cidade, através de placas publicitárias, frases explicativas sobre o que significa ser ateu e o pensamento de figuras emblemáticas da história que viveram no ateísmo.

Na Revista *Época*, de março de 2012, uma reportagem chamava a atenção sobre a tentativa de construção do primeiro templo para ateus do mundo. A ideia sobre a construção pertence ao filósofo suíço Alain de Botton, que pretende construir um lugar “para fugir da loucura do dia a dia, refletir sobre a própria vida com tranquilidade” (ZIEMKIEWICZ, 2012, p. 66). O templo terá como objetivo maior permitir sossego em um lugar de contemplação para os que não crêem em nenhuma divindade. Será um espaço de celebração de existência e da vida humana.

Esses espaços não terão sacerdotes ou mesmo púlpitos. Não abrigarão palestras, cultos ou reuniões de qualquer espécie. Não venerarão a ciência ou a racionalidade, diz Botton, muito menos a transcendência. Sua marca será a beleza de suas formas. Seu objetivo, causar prazer estético e celebrar valores intrinsecamente humanos, como a amizade, o amor e a esperança (ZIEMKIEWICZ, 2012, p. 66).

Isto revela que os homens se organizam na crença e na descrença, religando suas regras na sua percepção de mundo. O importante é ter sempre a clareza que o estudo das religiosidades não constitui a particularidade de determinadas civilizações, mas o algo em comum que organizou e organiza as formas dos indivíduos se reelecionarem e se identificarem enquanto grupo. O ensino de história das religiões também não deve buscar o que pode ser mais útil para os discentes.

A utilidade do aprendizado em história é sempre um tema delicado, pois permite dimensionar o que é mais relevante para os alunos. Justamente pelo fato de ao longo de um grande período as religiosidades terem sido consideradas um tema menor, a abordagem sobre as experiências religiosas das civilizações aconteceram de forma frágil. Daí o imenso risco de recorrer a um erro antigo: considerar algumas experiências mais válidas que outras. Com este tipo de abordagem se repete o ensino religioso de forma dogmática, pois se o professor acredita que para um grupo de maioria cristã o que mais interessa é o cristianismo, estará apenas reforçando crenças preexistentes no grupo.

O ensino de história das religiões não pode se limitar a um instrumento de reforço da experiência religiosa dos alunos. A grande importância de abordar as religiões está em evidenciar que todas as sociedades humanas manifestaram crenças e estabeleceram elos através delas e, portanto, a experiência dos alunos está encadeada com a trajetória histórica de todos os grupos humanos. “Em primeiro lugar, historicamente falando, não há religião individual, e sim exclusivamente religiões de grupos sociais, coletivos, (tribos, Estado, Igrejas etc.)” (SILVA, 2010, p. 208).

Ao trabalhar com as religiosidades de matriz africana, por exemplo, o enfoque não deve se limitar em explicar a dinâmica destas práticas. Mas, deve marcar a historicidade do processo que estabelece vínculos entre os continentes através da cultura religiosa. Contribuindo para ampliar o lugar dos sujeitos históricos através de suas práticas religiosas, redimensionando o valor de práticas culturais que, por mais de cinco séculos, conferem identidade ao povo brasileiro.

O ensino das religiosidades também apresenta um vocabulário específico para o qual o docente deve estar atento. A compreensão das vertentes religiosas se dá através dos conceitos e expressões linguísticas próprias de suas dinâmicas. Um grave erro é homogeneizar o vocabulário pelo viés do que é de maior lógica para os alunos. Dizer, por exemplo, que os egípcios acreditavam em ressurreição, enquanto ressuscitar é uma expectativa dos monoteístas. Cada vertente religiosa contém um conjunto de conceitos e vocábulos particulares e precisa ser compreendida através dos mesmos, o que permite um estudo para além dos limites da história, pois amplia a compreensão linguística e antropológica dos alunos. As religiosidades devem ser identificadas pelo vocabulário específico que as caracteriza.

Costumamos chamar de religiões, de fenômenos religiosos, sistemas extremamente complexos, ideias, conceito, e é indispensável marcar diferenças. Reencarnação é diferente de ressurreição; há sistemas religiosos associados a livros sagrados que não possuem tradição escrita; algumas religiões possuem a marca de seus fundadores (por exemplo, Buda, Cristo ou Maomé), enquanto outras são animistas e naturalistas; instituições religiosas com templos, clero, sacramentos coexistem com associações livres, étnicas e tribais variadas. Cada sistema religioso deve ser compreendido e respeitado em sua singularidade (SILVA, 2010, p. 207-208).

Estas singularidades, no entanto, jamais podem ser percebidas como superioridade. Nenhuma vertente religiosa pode ser abordada como mais elaborada, mais atual ou mais exótica e incompreensível. As religiosidades são resultados de processos pertinentes às necessidades das diferentes civilizações. A grande contribuição no estudo das mesmas está em evidenciar as continuidades dos processos religiosos e nossos elos contemporâneos com as manifestações de fé das sociedades de outros períodos históricos.

Uma das contribuições do ensino de história das religiosidades é promover a tolerância entre os diferentes grupos culturais. Este desafio de buscar elementos que propicie um ensino capaz de minimizar as práticas de intolerância é o enfoque do ensino por temas transversais. A história das religiões e religiosidades contribui imensamente para as abordagens pelos temas transversais, por desenvolver a capacidade de produzir conhecimentos em diversas áreas do ensino e permitir uma leitura de mundo mais ampla, mais vinculada à dinâmica dos processos históricos, menos centrada em visões cronológicas e particularizadas das diversas áreas de conhecimento.

O desenvolvimento dessa capacidade habilitará o estudante a relacionar as informações e instrumentalizá-las na sua leitura de mundo, e esta deverá ser menos preconceituosa, mais plural e ética, conforme os temas propostos na transversalidade. Para chegar a essa realização, todas as áreas têm compromissos que implicam em maior participação no processo de formação dos alunos. O debate sobre os valores que norteiam a formação dos estudantes é, muitas vezes, acompanhado de um discurso de menosprezo dos saberes tradicionais, como se a presença de um desses elementos (formação ética e cidadã) signifique a ausência de outro (domínio de conteúdos e das ciências) (FREITAS NETO, 2010, p. 63).

O estudo das religiosidades acompanha a proposta do desenvolvimento de temáticas que discutam a realidade dos brasileiros, com as questões que o cotidiano impõe para a sobrevivência na sociedade. Entre os temas elencados para a transversalidade está o desrespeito às pessoas e as noções de cidadania, o preconceito contra grupos étnicos, de gênero e de orientação sexual, o respeito à diversidade cultural. Temas que estão em diálogo com as abordagens do ensino de religiosidades e seus processos históricos.

A transversalidade apresenta uma proposta que ultrapassa a fragmentação dos conteúdos e disciplinas, prevendo um trabalho cujo conhecimento seja construído em função dos temas e propostas apresentadas. [...] A partir de análises sobre a realidade brasileira, especialistas de diversas áreas de ensino apresentaram os cinco temas transversais para a educação nacional: ética, pluralidade cultural, saúde, orientação sexual e meio ambiente (FREITAS NETO, 2010, p. 59).

O estudo das religiões e religiosidades também corresponde a um importante enfoque para o ensino de história que aborde eixos temáticos. Esta proposta de ensino de história visa "problematizar, através de temas, o presente e o passado, e isso quer dizer escrever o passado, de modo que este seja também diferença em relação ao presente" (PEREIRA, GRAEBIN, 2010, p. 175). Assim, a partir da análise das experiências do passado se torna possível marcar as diferenças do que os homens são hoje. Portanto, não corresponde a perda das referências cronológicas, mas um modelo diferente de acompanhar as transformações no tempo histórico.

É exatamente essa perspectiva que se encontra na proposta da história temática de ensino de História, numa abordagem cronológica descontínua que favorece a identificação e o aprofundamento dos momentos mais significativos do processo histórico da humanidade e a própria problematização do saber histórico, sem menosprezar o esforço da localização espaço-temporal e do conhecimento dos fatos históricos [...] Na abordagem temática, valoriza-se a multiplicidade do objeto histórico através do estudo da política, da sociedade, da cultura, da arte, da mentalidade e da economia, a partir da escolha de um tema [...] O estudo desse tema se faz em uma pesquisa que busca retomar seus significados e suas manifestações em diferentes realidades históricas, comparando-as em suas especificidades e semelhanças [...] Além do mais, o tema sugere uma história genealógica, na medida em que permite ao historiador encontrar o começo de uma manifestação de uma determinada temática, e debruçar-se sobre uma história do seu tempo, permitindo uma crítica de sua própria realidade. A pergunta da pesquisa consiste em querer saber não das nossas origens, mas das relações sociais e de poder que constituíram a realidade do estudante (PEREIRA, GRAEBIN, 2010, p. 176-177).

Assim, o ensino das religiosidades concilia sua prática com os resultados de pesquisas recentes, já que o pesquisador, em geral, acompanha mais o tema que a cronologia dos fatos. O eixo temático permite que o historiador docente traga resultados de pesquisas, inclusive as suas, para a sala de aula. E permite uma experiência de pesquisador aos alunos, pois podem acompanhar o desenvolvimento de uma temática através de diferentes vivências históricas. A história ensinada através de temas permite minimizar o distanciamento das novas pesquisas no campo da história das religiões da prática de sala de aula.

Consolida um eixo temático porque a partir das trajetórias religiosas das civilizações é possível ao professor “ensinar um acúmulo de originalidades, de modos de vida que, por vezes, se encontram, se estranham, se combinam e criam novos modos, novas crenças [...] os estudantes são levados a contemplar o espetáculo da diferença alheia” (PEREIRA, GRAEBIN, 2010, p. 172). E é através deste contato com a experiência alheia que o aluno pode aprender muito sobre a sua experiência histórica.

Através dos eixos temáticos o ensino de história das religiões e religiosidades transcende os limites cronológicos que o ensino de história na educação básica, e até mesmo na superior, em geral, impõe. Isto não significa romper com os limites temporais do conhecimento, que são pertinentes ao trabalho do historiador, mas flexibilizar a cronologia e utilizá-la como uma referência que pode ser flexibilizada no entendimento do tema analisado. As continuidades e reelaborações das crenças religiosas ficam mais inteligíveis através dessa abordagem.

A utilização da história das religiosidades como um eixo temático no ensino de história permite ao aluno uma possibilidade de pesquisa, de compreensão da dinâmica das crenças que o cercam, o reconhecimento do outro dentro de sua cultura e o entendimento do seu próprio lugar na sociedade e na trajetória histórica, uma vez, que evidencia como cada grupo humano construiu e reconstruiu seus conjuntos de regras de convivência.

A História Temática implica recortar um tema que possa ser visto na História, não para marcar as similitudes, mas, sobretudo, para pensar as diferenças: mostrar os diferentes significados que a guerra assumiu em diferentes momentos da História; mostrar o papel da religiosidade em diversas sociedades; pensar os sentidos dos mitos de origem em momentos e culturas diversas (PEREIRA, GRAEBIN, 2010, p. 178).

## Exemplos de abordagem da história das religiosidades no ensino de história

Como foi dito até agora, o ensino de história da religião e das religiosidades não deve ser pensado como um momento de aprendizagem de um tema que enfoque exclusivamente as crenças de um determinado período. O conceito de religião ainda se apresenta muito ligado às definições dos grupos monoteístas.

Entende-se por religião as crenças professadas por judeus, cristãos e muçulmanos; por serem aquelas que apresentam narrativa de mito criador: uma única divindade, um deus, que criou todas as coisas.

Nesse sentido, teriam religião os grupos historicamente monoteístas e os fiéis de outras crenças seriam portadores de religiosidades. Essa base conceitual, ainda bastante utilizada, evidencia a fragilidade dos conceitos históricos sobre as religiões e corrobora com a necessidade de uma elaboração mais sofisticada de conceitos sobre o tema. Na sala de aula se deve ter o cuidado de não criar a ideia de superioridade dos grupos monoteístas sobre as demais crenças, por serem estes os portadores de religião. Dentre as necessidades com o cuidado com o vocabulário específico de cada vertente, cabe ao docente também ter a sensibilidade de introduzir o assunto destacando as questões conceituais e suas necessidades de reelaboração.

Se a base conceitual não propicia uma identificação mais ampla das experiências religiosas das diferentes sociedades, é imprescindível que seja realizada uma análise da formação histórica de cada vertente, identificando que a dinâmica religiosa gera uma rede de experiências, na qual as diferentes crenças recebem influências umas das outras. Nenhuma vertente religiosa é totalmente original e sem características de crenças anteriores ou contemporâneas a ela. As religiosidades constituem um grupo em constante processo de reelaboração, assimilando experiências anteriores, marcando semelhanças e constituindo originalidade.

O cristianismo, por exemplo, recebeu influência das diversas religiosidades do mundo antigo (bem como, ao longo de toda sua trajetória histórica e ainda na contemporaneidade estabelece trocas sincréticas com diversas manifestações de fé) no decorrer de sua consolidação. Analisando as diversas narrativas e mitos fundantes da antiguidade, é possível observar que várias vertentes religiosas continham a referência mítica do nascimento de uma criança sem o ato sexual, como a narrativa do nascimento de Hórus, filho de Ísis e Osíris, no Egito. Em outras descrições também é possível evidenciar ciúmes entre irmãos, e a tentativa de um eliminar o outro: Rômulo e Remo, em Roma, Seth e Osíris, no Egito, Caim e Abel, para os hebreus.

A história das religiosidades permite identificar as múltiplas relações estabelecidas entre as civilizações ao longo do processo histórico, desmistificando qualquer ideia de superioridade de uma crença com relação à outra, já que se originaram em uma dinâmica coletiva de elaboração. Se alguma manifestação religiosa do passado proporciona estranheza ou exotismo na percepção dos alunos, é necessário evidenciar que as crenças atuais ainda apresentam elementos elaborados nas consideradas estranhas e exóticas religiosidades do passado.

Ainda abordando a história do cristianismo, a análise de seu processo de construção histórica permite evidenciar todas as trocas que foram estabelecidas com as religiosidades gregas e romanas ao longo do processo de pregação, no período do cristianismo primitivo. Para legitimar a nova corrente religiosa foi necessário recorrer a mitos e narrativas que já eram comuns as civilizações que estavam sendo doutrinadas. O conceito de morte, de separação da matéria e da energia do espírito, tem grande influência do pensamento grego anterior a Era Cristã. Bem como, toda a consolidação do calendário cristão corresponde a uma união com as datas religiosas romanas pré-existentes.

O conhecimento do processo de legitimação do cristianismo permite que os alunos não se deslumbrem com publicações como "O Código Da Vinci" (2004), que posteriormente virou filme com o mesmo nome, e de obras que complementam a referida publicação, como "ABC do Código Da Vinci" (2006), "Os mistérios do Código Da Vinci" (2006), "O Código Da Vinci decodificado" (2004). Todas elas trazem como proposta causar impacto com revelações sobre a vida terrena de Cristo, que teria tido uma vida diferente da narrada pelos Evangelhos que compõem o texto bíblico.

Com um mínimo de conhecimento sobre a trajetória histórica do cristianismo, sabe-se que no Concílio de Nicéia, em 325, vários textos que narravam a vida de Cristo foram negados como legítimos e deixados de fora do texto oficial da Bíblia. Estas narrativas não atendiam as necessidades daquilo que se objetivava construir como cristianismo na época do Concílio. Historicamente não se questiona a veracidade delas, reconhece-se que o apelo de uma construção religiosa atende a interesses específicos e que algumas coisas serão privilegiadas e outras renegadas.

No entanto, sabe-se de que são múltiplas as narrativas e, portanto, não existe nada de inovador em buscar um texto conhecido e publicizá-lo com ares de descoberta acadêmica. É o que estas obras fazem e atingem um público desinformado e sem conhecimento sobre o assunto. Um estudo sobre a história da religião cristã instrumentaliza o aluno a estabelecer uma visão crítica diante dessas publicações alarmistas.

O estudo da história das religiosidades também permite uma reflexão mais ampla sobre conflitos contemporâneos. Um exemplo é o da compreensão do conflito árabe-israelense. Por que os judeus insistem em ocupar Israel? Por que os palestinos não desistem daquele território? Por que a ONU concedeu uma país com população estabelecida para ser a sede de outra nação? As respostas para estas perguntas somente se tornam claras através da compreensão do fenômeno religioso que liga os indivíduos às terras, hoje consideradas, israelenses.

Segundo a narrativa religiosa do monoteísmo hebraico, que atualmente ainda faz parte das crenças do judaísmo, na cidade de Ur, região da Caldéia, Abraão foi escolhido por Deus e recebeu uma mensagem: a de que existia um povo eleito e uma terra prometida a este povo. Esta terra era Canaã, que hoje corresponde ao Estado de Israel, e através de uma aliança que os fiéis, através de Abraão, firmaram com Deus, deveria ser ocupada pelo povo eleito.

Desde o primeiro contato com o Deus único e o surgimento do monoteísmo religioso na antiguidade, o mito que se ergueu foi o da ocupação da terra prometida pelo povo eleito. Ao longo de todos os períodos históricos, os judeus objetivaram a ocupação do território que era considerado deles pela promessa divina. Em 1948, com o final da Segunda Guerra Mundial e a divulgação do massacre de milhões de judeus, as Nações Unidas decidem criar um lar nacional para o grupo judaico e aponta para a Palestina (posteriormente denominada Israel). Por que esta região? Para ONU correspondia ao direito histórico dos judeus de ocuparem o seu território.

O que foi chamado de direito histórico nada mais é do que a antiga aliança estabelecida entre Deus e seu povo eleito. Para cumprir esta promessa divina os judeus permanecem em Israel e lutam para que o território seja exclusivamente judaico, ou seja, exclusivo para o povo eleito. Obviamente o conflito árabe-israelense não se limita a questões de natureza religiosa. Vários eram os interesses envolvidos durante a votação para a criação do Estado de Israel na década de 40. Hoje, muitos outros interesses estão envolvidos naquela região, importantes questões de política internacional lutam por manter uma nação pró Ocidente dentro do Oriente Médio.

Mas, se o mito fundante do judaísmo não for compreendido, se a lógica religiosa deste povo não for redimensionada dentro do mundo contemporâneo, jamais existirão esclarecimentos capazes de fornecer subsídios suficientes para explicar o porque da permanência da população judaica em Israel. Se não existir o conhecimento sobre a saída de Abraão de Ur e a promessa firmada entre o Deus dos hebreus e seu povo eleito, não existirá uma base sólida de compreensão sobre a historicidade do conflito entre árabes e judeus.

Outro exemplo das abordagens no ensino de história das religiosidades está na contribuição no processo de compreensão das ressignificações das simbologias religiosas. O caso clássico de religiosidade ressignificada é o da civilização egípcia. Os mitos cultuados na antiguidade foram permanentemente buscados e reelaborados, pelas sociedades de diferentes épocas da história. Esta busca constante pelos símbolos religiosos do Egito antigo e seus processos de adaptação à cultura que os está reelaborando é academicamente chamada de Egíptomania.

[...] “egiptomania”; que é a reinterpretação e o re-uso de traços da cultura do antigo Egito, de uma forma que lhe atribua novos significados; [...] É inegável que se desenvolveu, no Brasil, um forte imaginário social sobre o Egito antigo. Isso se evidencia em diversas práticas de reutilização de elementos egípcios, que um observador mais atento e mais treinado logo identificará. Em nossas cidades, em nossas ruas, nossa vizinhança – e até mesmo dentro de nossas casas – símbolos e referências à civilização egípcia estão por toda a parte. Na verdade, vivemos cercados por eles. Do obelisco fincado no meio da praça pública a imensa quantidade de placas de lojas batizadas de “Pirâmide” e “Faraó”, por exemplo, o Egito está entre nós (BAKOS, 2004, p. 10-12)

Na sociedade contemporânea este processo de ressignificação é muito intenso. Os objetos da cultura religiosa egípcia foram dotados de novos significados para atender as necessidades da sociedade na qual estão novamente sendo cultuados. Amuletos que na antiguidade tinham função no pós-morte, agora são apresentados como protetores para a vida terrena. Símbolos funerários foram transformados em símbolos de energia. Essas manifestações, de ressignificação e reutilização, da simbologia religiosa de uma civilização da antiguidade também se consolidam como uma manifestação religiosa da sociedade contemporânea.

O estudo sobre estas manifestações remete a ideia de continuidade dos processos religiosos, da antiguidade a contemporaneidade, estabelecendo elos importantes para a compreensão da trajetória dos homens e seus ideais de busca pela identidade de suas crenças. O ensino de história das religiosidades, através do estímulo pelo interesse da temática, também pode suprir áreas deficitárias na pesquisa, pois no caso da ressignificação da cultura egípcia identifica-se “[...] ausência absoluta de alguma publicação sobre egiptomania no Brasil [...]” (BAKOS, 2004, p. 13).

O ensino de história das religiões e religiosidades consolida-se, então, como uma vertente de conhecimento capaz de alicerçar a reflexão sobre diversas temáticas sociais. Instrumentaliza os alunos na desconstrução de visões midiáticas sobre questões contemporâneas e permite uma visão processual dos fenômenos culturais. Permite ainda a construção de uma abordagem mais tolerante das dinâmicas sociais e a identificação de qual “lugar” o indivíduo cria e recria as suas percepções sociais.

## Referências bibliográficas

- BAKOS, Margaret (org.). Egiptomania: o Egito no Brasil. São Paulo: Paris Editorial, 2004.
- BROWN, Dan. O Código Da Vinci. Rio de Janeiro: Arqueiro, 2004.
- COX, Simon. O Código Da Vinci decodificado. Lisboa: Europa-América, 2004.
- FREITAS NETO, José Alves de. A transversalidade e a renovação no ensino de história. In.: KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- GOES, Lundenbergue. ABC do Código Da Vinci. Rio de Janeiro: Conex, 2006.

HERMANN, Jacqueline. História das religiões e religiosidades. In.: VAINFAS, Ronaldo, CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 329-352

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. História, política e ensino. In.: BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PEREIRA, Nilton Mullet, GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Abordagem temática no ensino da história. In.: BARROSO, Vera Lucia Maciel, PEREIRA, Nilton Mullet, BERGAMASCHI, Maria Aparecida, GEDOZ, Sirlei Teresinha, PADRÓS, Enrique Serra (org.). Ensino de história: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST: Exclamação: ANPUH/RS, 2010.

SILVA, Eliane Moura da. Estudos de religião para um novo milênio. In.: KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

WELBORN, Amy. Os mistérios do Código Da Vinci. São Paulo: Cultrix, 2006.

ZIEMKIEWICZ, Nathalia. Em louvor a descrença. In.: Revista Época. n.720. São Paulo: Editora Globo, março de 2012.

## Notas

1 Doutora em História – PUCRS Docente na Universidade de Caxias do Sul - UCS